

Distribuição restrita aos

Classificação:

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição:

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação Dideio de Notícias Periodicidade DDia 6.11.79 Pág.(s) 1-2 Tendência política _____

Banca não responde sempre às prioridades nacionais ^{7.1}

^{D.N. 6.11.79}
—sublinhou Lurdes Pintasilgo no Porto

Segundo afirmou Lurdes Pintasilgo, durante a sua visita ao Porto, as negociações que o próximo Governo terá com o FMI não poderão restringir-se a meros acordos de gabinete. Na opinião da primeira-ministra, o FMI deve ter em conta as exigências das populações.

Também, por outro lado, Lurdes Pintasilgo afirmou, no Porto, que «a banca, apesar de nacionalizada, não tem servido os interesses das populações, mas sim os de alguns gestores». «A banca não responde sempre às prioridades nacionais» — acrescentou.

«Já por várias vezes, salientou, «o Governo tem sido surpreendido com empréstimos a determinados sectores que não são prioritários».

A primeira-ministra colocou

esta questão respondendo à exposição feita por um pequeno empresário acerca de dificuldades sentidas nos contactos com a banca, queixando-se da falta de apoio concedido pelas instituições de crédito, como referimos em pormenor na página 2.

Anunciaria, no entanto, que em próximas reuniões do Conselho de Ministros «já se estudada a criação de linhas de crédito bonificado para a Habitação e para a Agricultura».

Confrontada, por sua vez, com a iminência de falência na indústria de fogões, Lurdes Pintasilgo ouviu dos empresários a solicitação de maiores isenções fiscais.

Os investidores naquela indústria salientaram que, á falta de medidas de auxílio, o de-

semprego no sector poderá atingir 40 por cento dos assalariados.

Estando igualmente em foco a perspectiva da descentralização administrativa, Lurdes Pintasilgo informou que num futuro próximo «diversos organismos oficiais com grande capacidade de decisão poderão ser transferidos para o Porto».

A primeira-ministra inteirou-se, por seu turno, dos problemas levantados pela falta de vias de comunicação e de portos no Norte, observando ainda as obras de recuperação da zona histórica da cidade, sendo neste passo da sua visita acompanhada pelo governador civil, vereadores da Câmara Municipal e técnicos do empreendimento.



Negociar como FMI tendo em conta as exigências da população

D.N. 6.11
7.2

— propósito expresso por Lurdes Pintasilgo no Porto

«As negociações que o próximo Governo terá que fazer com o FMI deverão ter em conta as exigências da população, não podendo restringir-se a simples acordos de gabinete», afirmou a primeiro-ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, durante uma reunião ontem efectuada no Porto com industriais dos ramos da metalurgia e da metalomecânica. A chefe do Governo, que se encontrava acompanhada dos ministros do Trabalho e da Habitação, respectivamente dr. Sá Borges e eng.º Mário de Azevedo e Marques Videla, visitou zonas degradadas e a área histórica da cidade, sempre rodeada de populares que lhe manifestaram o seu apoio.

O ultimo dia da visita da primeiro-ministro ao Porto começou com uma deslocação, pela manhã, à empresa «A. Dias Ramalhã, à empresa A. Dias Ramos, produtora de máquinas-ferramentas, uma firma dotada de alta tecnologia e com clientes em muitos pontos do globo. Nas instalações daquela unidade, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo teve um encontro de trabalho com as associações patronais do Norte, ao qual assistiram os outros membros do Governo que a acompanhavam.

Entre as exposições feitas pelos industriais à chefe do Executivo ressalta a queixa por um pequeno empresário da falta de apoio da Banca. A este ponto, Maria de Lurdes Pintasilgo retorquiu que «a Banca, apesar de estar nacionalizada, não tem servido os interesses da população, mas sim os de alguns gestores. Acrescentou que, já por várias vezes o Governo tem sido surpreendido com determinados empréstimos a determinados sectores, que não são prioritários».

Uma solicitação feita por um industrial, no sentido da criação duma linha de crédito bonificada para o sector, mereceu a atenção dos membros do Governo. No entanto, foram também salientada as actuais dificuldades, tendo Maria de Lurdes Pintasilgo anunciado que em próximos Conselhos de Ministros «irá ser estudada a criação de



CONTINUA →

linhas de crédito bonificado para a habitação e agricultura».

Pedro Brito, representante do sector dos fogões, deu conta das possibilidades de falência que correm actualmente as dez empresas especializadas daquele ramo, que empregam cerca de três mil trabalhadores. Tal situação deriva do facto de o actual «plafond» de preços para os referidos produtos ir implicar que o respectivo imposto de transacção passe de 15 para 45 por cento, originando esta subida brusca um brutal aumento dos preços de venda. Dado que o mercado é essencialmente interno, e visto que este se debate com uma grande falta de procura, a crise está pretes a estalar.

Para obviar a tal estado de coisas, os empresários solicitaram maiores isenções fiscais, que, se não se vierem a registar, causarão o desemprego de cerca de 40 por cento dos assalariados e uma redução de horários em igual percentagem. Os membros do Governo prometeram interessar-se pelo problema. De registar que, neste caso, as posições dos trabalhadores são semelhantes, dado que alguns dos seu representantes deslocaaram-se à A. Dias Ramos para solicitar o mesmo a Maria de Lurdes Pintasilgo.

A necessidade duma maior ligação entre as universidades e as empresas foi também realçada, assim como o papel do IAPMEI que, segundo Marques Videira, irá ter um novo estatuto. A falta de vias de comunicação e de portos, no Norte, deu lugar também a diversas intervenções, cujos autores salientaram o carácter essencialmente exportador do ramo da metalomecânica.

Descentralização, tema sempre em foco, mereceu várias referências, inclusive de Maria de Lurdes Pintasilgo, que sublinhou a importância, num futuro próximo, em transferir para o Porto diversos organismos oficiais com grande capacidade de decisão.

No final da reunião, Maria de Lurdes Pintasilgo falou ao «DN», tendo referido a «extrema clareza com que os problemas foram expostos». Convidada por nós a



Durante a sua visita ao Porto, Lurdes Pintasilgo teve ocasião de admirar a maqueta do futuro Centro Cultural da Cidade

justificar a ausência dos sindicatos no encontro, a chefe do Governo afirmou que aquela «tinha sido uma primeira etapa, duma série de contactos que incluirão, proximamente, reuniões com os representantes dos trabalhadores».

A parte da tarde, ocupou-a Maria de Lurdes Pintasilgo com uma visita à zona histórica da cidade e às áreas degradadas ali existentes. Esta deslocação teve como tónica a ampla participação popular, que rodeou a primeira-ministra duma atmosfera de solidariedade e simpatia.

Sempre no meio de aplausos e palavras de saudação a chefe do Governo ouviu, com a sua habitual simplicidade, as queixas das pessoas que lhe falavam essencialmente dos seus graves problemas habitacionais. E Maria de Lurdes Pintasilgo teve oportunidade de ver parte dessa miséria quando, por exemplo, visitou o antigo Recolhimento do

Postigo do Sol, onde vivem 35 famílias de retornados em condições infra-humanas.

A primeira-ministra observou ainda as obras de recuperação da zona histórica, nessa altura também acompanhada do governador civil e da actual vereação da Câmara do Porto, bem como dos técnicos encarregados do empreendimento.

Finalmente, a equipa governamental deslocou-se ao edifício do município onde, depois duma manifestação que teve como palavra de ordem fundamental — «Pintasilgo no poleiro? Queremos nós a tempo inteiro» —, efectuou uma sessão de trabalho com o Executivo camarário e representantes de diversos organismos, em que o tema predominante foi a Habitação.

A noite, houve um jantar oferecido pela Câmara do Porto. O regresso de Maria de Lurdes Pintasilgo a Lisboa deverá verificar-se hoje, ao fim da manhã.

